

SOMBRAS DA CIDADE:

relações de segregação de gênero, raça e classe em
Maringá-PR

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

FERREIRA, Antonio Rafael Marchezan

Doutor em Direito Urbanístico; Universidade Estadual de Maringá - UEM
armferreira@uem.br

CUNHA, Gabriel Barros

Graduando em Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Maringá - UEM
cunhagbarros@gmail.com

ZAMPAR, Mateus Raniero

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Estadual de Maringá - UEM
mateuszampar@gmail.com

RESUMO

Como estratégia de especulação imobiliária e invisibilização dos grupos sociais subalternizados na produção do espaço urbano, a segregação socioespacial atravessa as pesquisas sobre a urbanização brasileira. Neste estudo, o objetivo foi investigar os processos de segregação socioespacial na cidade de Maringá-PR, entre as décadas de 2010 e 2020, correlacionando as tendências do poder público em (re)produzir a lógica de periferização das classes de menores rendas e a concentração das pessoas por classe, raça e gênero no espaço urbano. Para tanto, desenvolveu-se a análise por meio do mapeamento de dados do censo demográfico do IBGE (2022) e da Gerência do Cadastro Único (2026), além dos disponibilizados na bibliografia. Constatou-se que historicamente a segregação socioespacial esteve imbricada no planejamento habitacional, acarretando a concentração dos moradores de menores rendas nas bordas da cidade, nas quais se concentra também a população negra. Já na região central, a população negra — tanto de mulheres quanto de homens — e a indígena representam concentrações expressivamente baixas.

Palavras-chave: segregação socioespacial; conjuntos habitacionais; segregação racial urbana; hierarquia de classe; hierarquia de gênero.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

As a strategy of real estate speculation and the invisibilization of subaltern social groups in the production of urban space, socio-spatial segregation permeates researches on Brazilian urbanization. This study aimed to investigate the processes of socio-spatial segregation in Maringá-PR, Brazil, between the 2010s and 2020s, correlating the tendencies of public authorities to (re)produce the logic of the peripheralization of lower-income classes and the concentration of people by class, race, and gender in urban space. To this end, the analysis was developed through the mapping of data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) demographic census (2022) and the Single Registry Management (Cadastro Único) (2026), in addition to data available in the literature. The findings indicate that socio-spatial segregation has historically been embedded in housing planning, resulting in the concentration of lower-income residents on the urban peripheries, where the Black population is also concentrated. In contrast, in the central area, both the Black population — women and men — and the Indigenous population are present in significantly lower concentrations.

Keywords: socio-spatial segregation; housing complexes; urban racial segregation; class hierarchy; gender hierarchy.

RESUMEN

Como estrategia de especulación inmobiliaria e invisibilización de los grupos sociales subalternizados en la producción del espacio urbano, la segregación socioespacial atraviesa los estudios sobre la urbanización brasileña. En este estudio, el objetivo de la investigación fue analizar los procesos de segregación socioespacial en Maringá-PR, Brasil, entre las décadas de 2010 y 2020, correlacionando las tendencias del poder público de (re)producir la lógica de periferización de las clases de menores ingresos y la concentración de la población según clase, raza y género en el espacio urbano. Para ello, el análisis se desarrolló mediante el mapeo de datos del censo demográfico del IBGE (2022) y de la Gerencia del Cadastro Único (2026), además de los disponibles en la bibliografía. Se constató que, históricamente, la segregación socioespacial ha estado imbricada en la planificación habitacional, resultando en la concentración de los residentes de menores ingresos en las periferias urbanas, donde también se concentra la población negra. En contraste, en la región central, la población negra —tanto mujeres como hombres— y la población indígena presentan concentraciones significativamente bajas.

Palabras clave: segregación socioespacial; conjuntos habitacionales; segregación racial urbana; jerarquía de clase; jerarquía de género.

INTRODUÇÃO

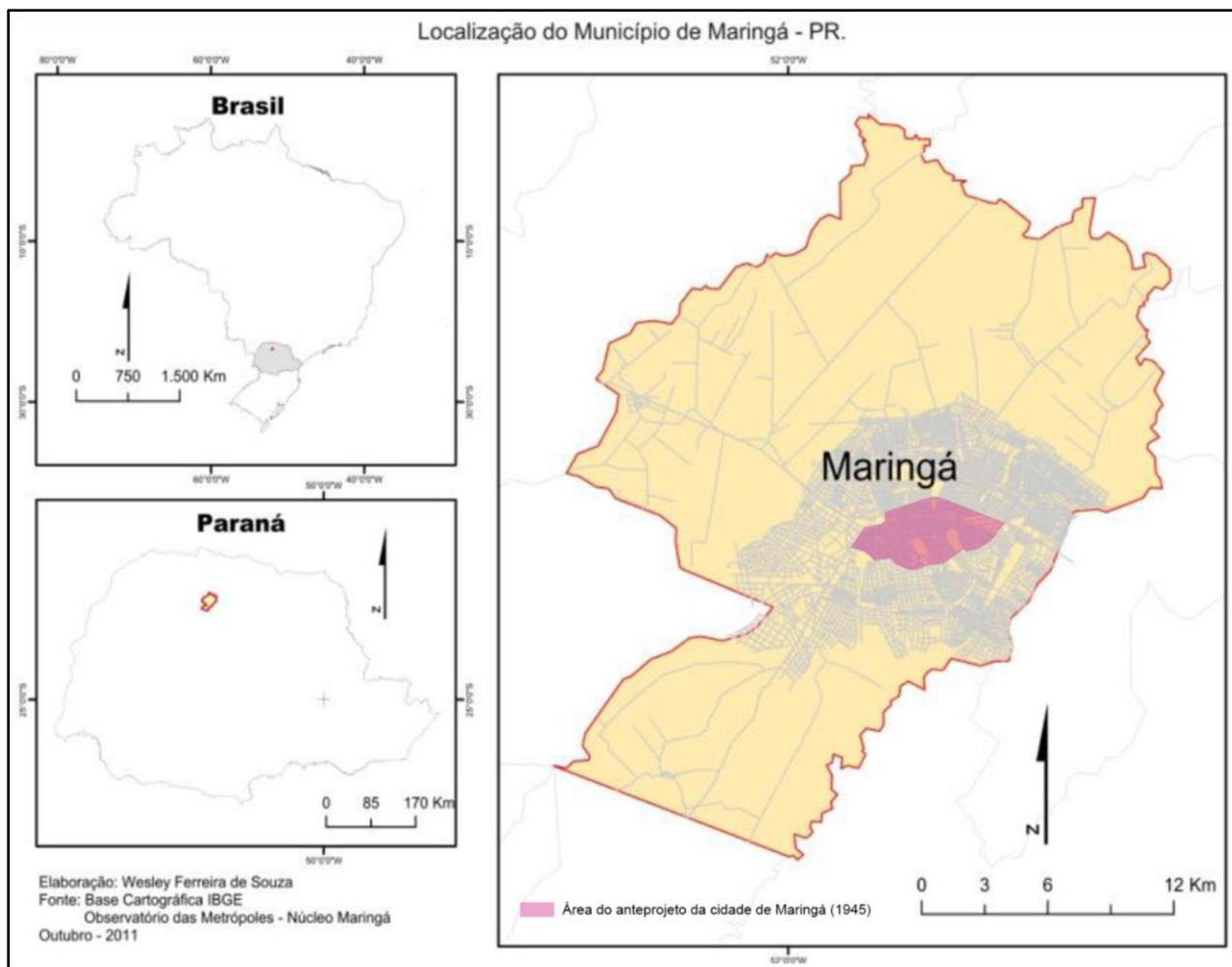
O presente estudo investiga a relação dialética entre a produção do espaço urbano e os processos de segregação socioespacial em Maringá, compreendendo o território como um produto das contradições entre as dinâmicas do capital e as relações de poder que o instrumentalizam. Longe de ser um fenômeno natural, a organização espacial maringaense revela-se como um instrumento de controle e diferenciação, operando para "marcar" o status e a classe no desdobramento simbólico da cidade. Sob a égide do ideário de "cidade-jardim", o planejamento urbano frequentemente atua como um recurso de ocultamento da pobreza, que, ao buscar o embelezamento, acaba por camuflar ou deslocar a miséria para as margens geográficas e políticas da Região Metropolitana.

As repercussões da segregação socioespacial são objeto de estudo interdisciplinar no campo dos estudos urbanos, no qual inúmeros autores se debruçaram visando contribuir para o desenvolvimento de cidades mais justas e inclusivas. Sob a lógica de organização socioespacial capitalista, que prioriza o lucro e os interesses das classes dominantes em detrimento das necessidades das classes inferiorizadas (Gregory, 1978; Harvey, 1980; Castells, 1983; Canetti; Pereira; Liberato, 2015), a urbanização brasileira constitui-se historicamente a partir da periferização da pobreza e do controle do acesso aos serviços urbanos (Maricato, 2003; Rolnik, 2006; Santos, 2006, 2011). Para compreender o fenômeno, ressalta-se a leitura interseccional como meio de dimensionamento de tais repercussões em diferentes recortes sociais do mesmo espaço (Gonzalez, 1988; Crenshaw, 2002; Sousa; Bazzoli, 2020; Davis, 2016).

Busca-se demonstrar que Maringá não fugiu ao modelo de urbanização excludente brasileiro, tendo sido idealizada, desde sua gênese planificadora, para consolidar uma ocupação hierarquizada. Desde o anteprojeto traçado por Jorge de Macedo Vieira em 1945, demarcado na Figura 1, sobre a localização de Maringá, já havia o planejamento de uma segmentação rígida dos moradores através das zonas residenciais "principal", "popular" e "operária", definindo previamente o lugar de cada estrato social no território conforme o seu poder de consumo e o preço da terra (Mota; Noelli, 1999; Tomazi, 1999; Rodrigues; Cordovil, 2012). Esse ordenamento, que instrumentaliza o solo para a reprodução de privilégios e a exclusão sistemática, ecoa a contundente denúncia de Caetano Veloso e Gilberto Gil em "Haiti" (1993): "são quase todos pretos / Ou quase pretos / Ou quase brancos quase pretos de tão pobres / E pobres são como podres / E todos sabem como se tratam os pretos".

Figura 1. Localização de Maringá e área do anteprojeto, de 1945

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Souza, 2011. Retirado de Rodrigues e Cordovil, 2012, p. 4. Modificado pelos autores.

Ao longo da consolidação dos tecidos urbanos, a segregação das áreas de produção de Habitações de Interesse Social (HIS) esteve de forma intrínseca no planejamento do poder público municipal. Seja para a especulação imobiliária, seja para a invisibilização dos grupos sociais indesejados em áreas mais valorizadas da cidade, a periferização foi utilizada estrategicamente no planejamento habitacional (Araujo, 2010; Cordovil, 2010). Nas últimas décadas, verificou-se que o deslocamento forçado das classes de menores rendas não se restringiu ao espaço urbano maringaense, transpondo os limites municipais para as cidades do entorno (Rodrigues, 2005). Além disso, a partir da implantação dos instrumentos urbanísticos estabelecidos no Estatuto da Cidade (2001), a segregação socioespacial foi legitimada nas transformações do zoneamento municipal, especialmente na implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (Freitas, 2021).

Para analisar as manifestações de segregação urbana nas produções habitacionais de Maringá nas décadas de 2010 e 2020, realizou-se o mapeamento das classes sociais por meio da integração de

PENSAR FORA DO EIXO

bases de dados dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), utilizando como referência os bairros do município, disponibilizados pela Gerência do Cadastro Único (2026). Foram selecionadas as informações sobre os números de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família por bairro e de pessoas cadastradas por área de abrangência de cada Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A malha espacial foi definida com base nesses beneficiários, sendo necessária a identificação dos bairros que apresentavam beneficiários, bem como a atribuição do valor “0” para os bairros nos quais não havia registros de famílias atendidas. Por fim, foi feita a mescla dos dados tratados com o *shapefile*.

No que se refere aos dados de gênero e raça, formularam-se mapas de *cluster*, estruturando-os em três etapas principais: seleção dos dados e da malha espacial, limpeza e organização dos dados por meio da linguagem R e, por fim, mescla dos dados limpos com a malha, utilizando o *software* GeoDa. Esses dados foram construídos com base no Censo Demográfico de 2022, considerando o código do município de Maringá no IBGE (4115200). Inicialmente, foram selecionadas as variáveis referentes aos domicílios particulares permanentes ocupados e sua respectiva quantidade de moradores, aos domicílios particulares improvisados ocupados e seus moradores, bem como aos domicílios coletivos com residentes. Essa seleção permitiu a obtenção do total de moradores por tipo de domicílio no município. Em relação às variáveis de análise, foram consideradas as categorias de raça (negros — pretos e pardos —, brancos, indígenas e amarelos) e de gênero (homens e mulheres), possibilitando a desagregação dos dados para análises mais específicas. Com o objetivo de evitar distorções decorrentes da densidade demográfica, foi formulado um percentual para cada variável analisada, utilizando a seguinte fórmula:

$$Percentual_x = \left(\frac{n_x}{N} \right) \times 100$$

Em que:

- $Percentual_x$: percentual da variável selecionada;
- n_x : número de moradores da variável analisada;
- N : total de moradores da variável selecionada.

A análise espacial consistiu na formulação de uma matriz de contingência de primeira ordem do tipo Rainha, utilizada para estabelecer as relações de vizinhança entre os polígonos da malha espacial. Para que fosse possível a identificação dos padrões espaciais, aplicou-se o indicador de autocorrelação *Local Moran's* (LISA), que categoriza a área em *clusters* (agrupamentos de

PENSAR FORA DO EIXO

semelhantes): *High-High* (altos valores cercados por vizinhos com valores altos), *Low-Low* (baixos valores cercados por vizinhos com valores baixos), *High-Low* (valor alto cercado por baixos), *Low-High* (valor baixo cercado por altos) e as áreas não significantes, onde não há padrão espacial definido estatisticamente.

Por conseguinte, dividiu-se esse trabalho em três partes, além da seção inicial de introdução e das considerações finais: 1) arcabouço teórico a respeito da segregação socioespacial inerente à estrutura capitalista, enquanto estratégia das classes de alta renda, bem como as expressões de segregação de gênero e raça, evidenciando esses processos na formação e consolidação do espaço urbano de Maringá; 2) leitura da segregação dos múltiplos recortes sociais existentes na urbanização maringaense; e 3) correlação entre a segregação historicamente imbricada no planejamento habitacional, a produção de HIS nas décadas de 2010 e 2020 e a interseção das diferentes realidades existentes no município, de acordo com classe, raça e gênero.

1. AS CORES DA EXCLUSÃO: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, RAÇA, GÊNERO E PODER

A segregação estabelece um traçado de fronteiras invisíveis no território, orientado pelo controle da produção e do consumo dos espaços urbanos pelas classes de alta renda. A produção do urbano assume a forma de mercadoria, e a propriedade perde sua dimensão de valor de uso para o valor de troca. Assim, as camadas de alta renda promovem a diferenciação e a valorização das áreas urbanas, em um processo de dominação do espaço moldado para atender aos seus interesses particulares de renda e controle social.

Sob as lentes de teóricos marxistas, a partir da década de 1970, a investigação do processo de segregação socioespacial aprofundou-se na análise de suas causas e na compreensão do padrão de separação das classes no tecido urbano e de sua projeção sobre o espaço. Como aponta Castells (1983), o espaço não se organiza de forma neutra, mas está condicionado à “estrutura social de base”. O fenômeno urbano deve ser compreendido a partir da relação entre as forças produtivas e as classes sociais, e a segregação deve ser vista como a “marca” de status e classe, consolidando-se na separação dos diferentes setores residenciais. Assim, a cidade constitui-se na base de instalação da “superestrutura político-administrativa” que proporciona o domínio de uma classe sobre o restante do conjunto social. Desconstrói-se a ideia de que a “desordem urbana” é obra do acaso, para compreender que o caos urbano é a dissimulação da organização espacial proveniente do mercado, a qual provoca o processo de exclusão/expulsão da classe de menor

PENSAR FORA DO EIXO

renda para áreas menos valorizadas e/ou desprovidas de infraestrutura urbana adequada (Castells, 1983).

Nessa mesma linha, Harvey (1980), ao revisitar Engels e sua descrição sobre *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845), demonstra como a estrutura capitalista é montada para isolar as classes, sendo o planejamento urbano voltado ao controle social, com a política de zoneamento operando como um mecanismo que exclui os pobres para as áreas menos valorizadas, forçando uma “suburbanização” ou “periferização”. Assim, os especuladores (bancos, fundos de investimentos etc.) e incorporadores buscam controlar a produção do espaço urbano, criando artificialmente a ideia de escassez para valorizar certas áreas em detrimento de outras, operando o deslocamento forçado de valores e pessoas no tecido urbano. A segregação é o resultado dessa equação, que se potencializa pela maximização do lucro por meio dos valores de troca (Harvey, 1980).

De fato, o processo de urbanização das cidades brasileiras é guiado pela lógica da segregação socioespacial, cujas raízes remontam à nossa herança escravagista e aos instrumentos legais que a aparelhavam, como a Lei das Terras de 1850. Essa estabeleceu pela primeira vez no país a distinção entre solo público e privado, criando restrições ao acesso à terra para as camadas de baixa renda. Tal normativa foi fundamental para o direcionamento do modelo de crescimento das cidades brasileiras, tomado pela tônica da exclusão, em que a política higienista e de embelezamento dos centros serviu para a expulsão sistemática das populações de baixa renda (majoritariamente negra) para as periferias.

Essa lógica permanece latente como uma marca da urbanização brasileira. Rolnik (2006) aponta que nosso modelo de desenvolvimento urbano se constitui voltado para privar a população de baixa renda das “condições básicas de urbanidade, ou inserção efetiva na cidade”, configurando-se como um modelo excludente, cujas principais características são a ilegalidade fundiária e a insustentabilidade socioambiental (Rolnik, 2006). Igual leitura realiza Maricato (2003) ao analisar a metrópole brasileira do final do século XX, destacando que a “extensão das periferias urbanas [...] tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada” (Maricato, 2003, pp. 151-152).

Assim, observa-se que as cidades que se desenvolveram durante o incremento do capitalismo ordenaram seu território sob a égide da acumulação do capital. O espaço deve ser entendido como uma projeção das relações sociais, mas, também, como uma via de mão dupla: ele representa um

PENSAR FORA DO EIXO

fator influente sobre estas. Há uma justaposição de estruturas (ora condicionante, ora condicionada) em interação dialética. Como explica Gregory (1978), as estruturas espaciais não podem ser teorizadas sem as estruturas sociais, e vice-versa (Gregory, 1978). Parece evidente a compreensão de que a segregação espacial se apresenta como “elemento fundamental e estruturante para compreender a dinâmica da produção do espaço no urbano contemporâneo”. Vinculada a essa questão e diretamente entrelaçada nesse processo dialético, outra dimensão se manifesta – a da exclusão social. Em outras palavras, “o espaço segregado é reflexo da desigualdade social ao passo que também é produtor dessa mesma sociedade” (Canetti; Pereira; Liberato, 2015, p. 5).

Na visão de Sousa e Bazzoli (2020), para compreender as desigualdades sociais de forma mais ampla, é necessário observar as ideias patriarcais, as relações excludentes de gênero, raça e classe, que substancialmente configuram os meios urbanos brasileiros (Sousa; Bazzoli, 2020). Nesse sentido, a adoção de recortes sociais, a princípio de gênero e raça, evidencia as expressões de segregação que afetam em especial mulheres, negras, amarelas e indígenas. Davis (2016) defende que raça, gênero e classe são vínculos inseparáveis nos estudos socioespaciais, pois “Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida [...] Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (Davis, 2016, p. 19).

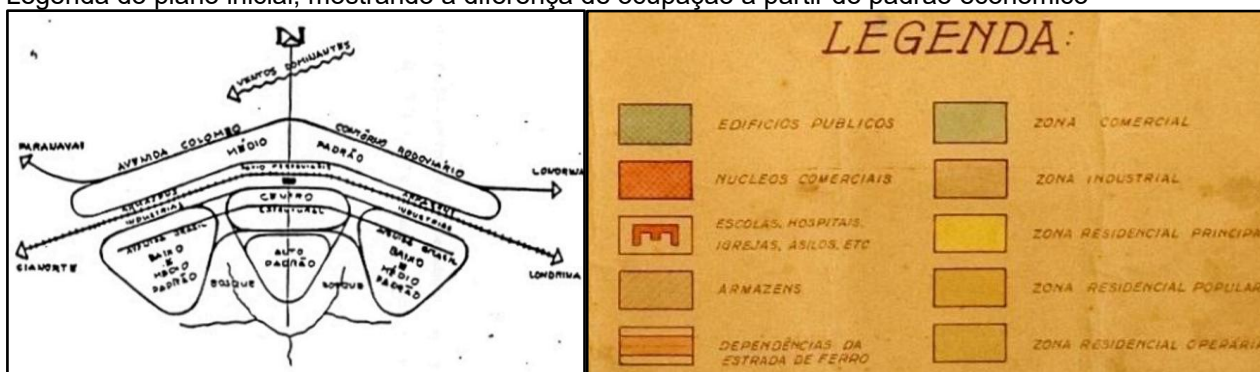
Portanto, deve ficar claro que não há acaso ou neutralidade no planejamento. Mesmo em cidades planejadas, a segregação socioespacial é uma estratégia de reprodução de privilégios, em que o espaço é manipulado para proporcionar a valorização imobiliária e o controle dos estratos sociais subalternizados. Em Maringá, alguns autores evidenciam indícios de segregação socioespacial e tentativas de apagamento historiográfico dos primeiros moradores e norte-paranaenses da região, desde o planejamento e execução do núcleo urbano do município. Para a expansão capitalista na região norte do Paraná, a historiografia tradicional mostra que a região, na qual fora implantada Maringá, caracterizava-se por um “vazio demográfico” ocupado pela Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP), apagando a presença inicial dos povos originários indígenas, sitiantes e posseiros na região (Mota; Noelli, 1999; Tomazi, 1999).

No âmbito do planejamento territorial, em meados da década de 1940, o plano inicial de Maringá materializa-se a partir do projeto do engenheiro Jorge de Macedo Vieira, cujas referências projetuais remeteram às práticas urbanísticas do norte global, substancialmente ao ideário de cidade-jardim. Contudo, Rodrigues e Cordovil (2012) destacam em tal plano a segmentação das zonas na cidade,

PENSAR FORA DO EIXO

a serem consolidadas hierarquicamente conforme a classe dos moradores (Figura 2). Por essa razão, as autoras defendem que a segregação socioespacial é um dos legados do planejamento urbano desse território, no qual “[...] as zonas residenciais definidas como ‘principal’, ‘popular’ e ‘operária’ configuram-se não apenas enquanto funções, mas enquanto expressão de objetivos econômicos que, com esta prática, auferiram maiores lucros [...]” (Rodrigues; Cordovil, 2012, p. 5-6).

Figura 2. (Esquerda) Planta Esquemática de Maringá - Segundo o Padrão Econômico - 1967. (Direita) Legenda do plano inicial, mostrando a diferença de ocupação a partir do padrão econômico



Fonte: Secretaria de Planejamento do estado do Paraná, 1967. Retirado de Rodrigues, 2004, p 28; Acervo Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo. Retirado de Rodrigues e Cordovil, 2012, p. 6.

Desde os traçados iniciais, a divisão social do trabalho foi consolidada na produção do espaço urbano maringaense de forma hierarquizada e moderna, por meio de uma segregação socioespacial planejada, na qual houve a distribuição populacional em zonas definidas de acordo com a classe social e condição de compra da terra (Rodrigues; Cordovil, 2012). Nesse sentido, em Hilário (1995), Araujo (2010) verifica a dificuldade de muitos dos trabalhadores migrantes, que participaram da formação da cidade e da construção das primeiras edificações, em adquirir os lotes urbanos e permanecer na cidade. Apesar de os lotes terem sido vendidos por diferentes valores, os lotes mais baratos continuavam inacessíveis para os trabalhadores com menores rendimentos (Hilário, 1995, p. 296-297 *apud* Araujo, 2010).

Dessa forma, a colonização providenciada pela CTNP/CMNP (re)produziu um espaço urbano hierarquizado por funções e classes sociais, com a edificação da cidade proporcionando a segregação de grupos sociais de menores condições econômicas em áreas longínquas dos serviços urbanos de Maringá (Araujo, 2010). Nos desdobramentos do planejamento por parte do Estado, verificaram-se continuidades dessa lógica segregadora, inicialmente, pelas alterações realizadas no plano inicial para redução dos espaços públicos. Nos anos 1950, na zona urbana de

PENSAR FORA DO EIXO

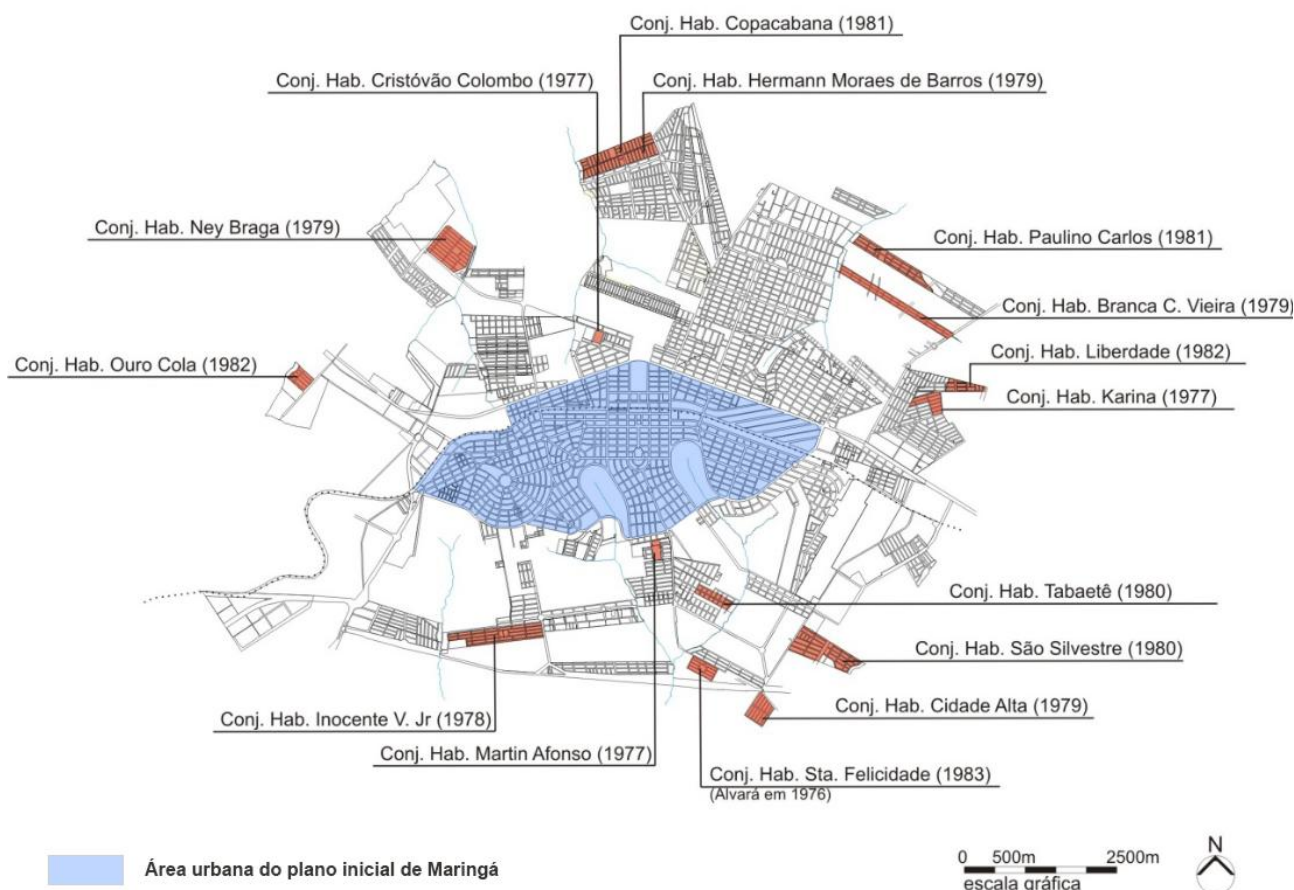
“baixo padrão”, isto é, na vila operária ou Zona 03, essas alterações afetaram essencialmente a população com menor poder aquisitivo, devido ao parcelamento e comercialização de parte dos lotes voltados aos equipamentos urbanos. Por outro lado, na zona urbana de “alto padrão”, como a Zona 02, todos os equipamentos urbanos planejados foram implantados (Rodrigues; Cordovil, 2012).

Já nas décadas de 1970 e 1980, identificam-se, em Cordovil (2010), continuidades do modo segregador no planejamento habitacional do município. Nesse contexto, a malha urbana de Maringá avançou do plano inicial e o Estado implantou conjuntos habitacionais em áreas afastadas da cidade, como estratégia de financiamento de expansão de infraestruturas em áreas distantes do centro. Assim, o Estado atuou compactuando com os interesses imobiliários de valorizar as áreas adjacentes às avenidas que conectam os conjuntos às áreas urbanas consolidadas. Na Figura 3, a autora destaca os conjuntos habitacionais inaugurados nesse período, para os quais foram utilizados recursos do Projeto Financiamento de Infraestrutura para Conjuntos Habitacionais (FINC) para a melhoria das infraestruturas viárias das avenidas de conexão. Dessa maneira, compreende-se a periferização como estratégia, na qual os conjuntos habitacionais de interesse social, distantes do centro urbano e ausentes de infraestrutura, tornam-se meios para a valorização dos terrenos adjacentes ao sistema viário (Cordovil, 2010).

Na Figura 4, nota-se a implantação dos conjuntos habitacionais Santa Felicidade e Cidade Alta, contrastando com os vazios urbanos do entorno, bem como o acesso ao centro principal e à área urbana mais consolidada da cidade por meio de avenidas. Desse modo, segue-se a lógica de levar as infraestruturas urbanas para as bordas, visando à valorização dos terrenos adjacentes às avenidas (Cordovil, 2010). Além disso, interpreta-se um retrato higienista em parte do histórico da política maringaense a partir da periferização dos conjuntos habitacionais, como ocorrido no processo de desfavelamento do município, no início dos anos 1980.

Figura 3. Localização dos conjuntos habitacionais inaugurados no período da gestão de João Paulino e Sincler Sambatti

PENSAR FORA DO EIXO

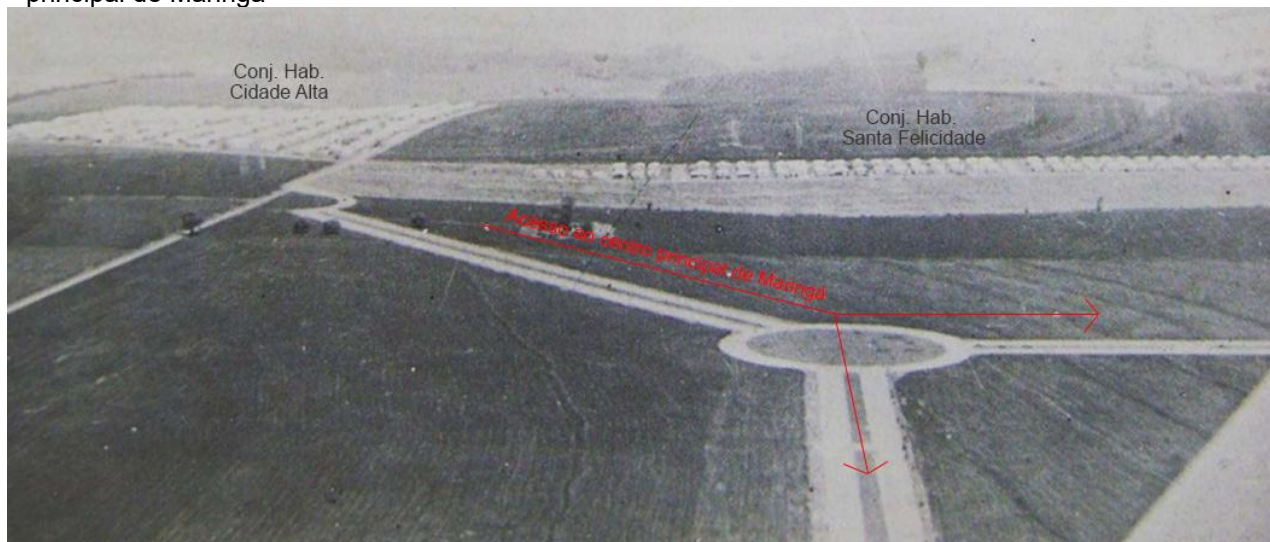


Fonte: Cordovil, 2010, p. 565. Adaptado de Costa, 1991. Modificado pelos autores.

Araujo (2010) analisa que a retirada das favelas, nesse contexto, remonta ao interesse parcial do Estado em priorizar o padrão urbanístico, em detrimento das necessidades dos moradores de pontos de favela dispersos pela cidade. Muitos desses moradores, por vezes desinformados do destino, foram transferidos para o Conjunto Habitacional Santa Felicidade, inaugurado em 1983. Entretanto, a aquisição de novas habitações não significou o acesso a serviços públicos básicos — mesmo após vinte anos da inauguração desse conjunto — e a manutenção dos vínculos de vizinhança. A autora também menciona a dificuldade dos migrantes provenientes do processo de êxodo rural, dinâmica socioespacial de crescente evidência na região, em se estabelecer na cidade de Maringá. A população de menores condições econômicas, que, atraída pelos benefícios da ‘cidade planejada’ e com destaque no desenvolvimento regional, deparava-se com o espaço urbano produzido pelos interesses elitistas. Por conseguinte, a desqualificação e a invisibilização assombraram esses recém-chegados, como assinalado no caso de alguns dos moradores da Favela Cemitério, anteriormente expulsos do campo, os quais foram transferidos para o Conjunto Habitacional Santa Felicidade nas bordas da cidade (Campos, 1999 *apud* Araujo, 2010).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 4. Foto mostrando o acesso dos conjuntos habitacionais Cidade Alta e Santa Felicidade ao centro principal de Maringá

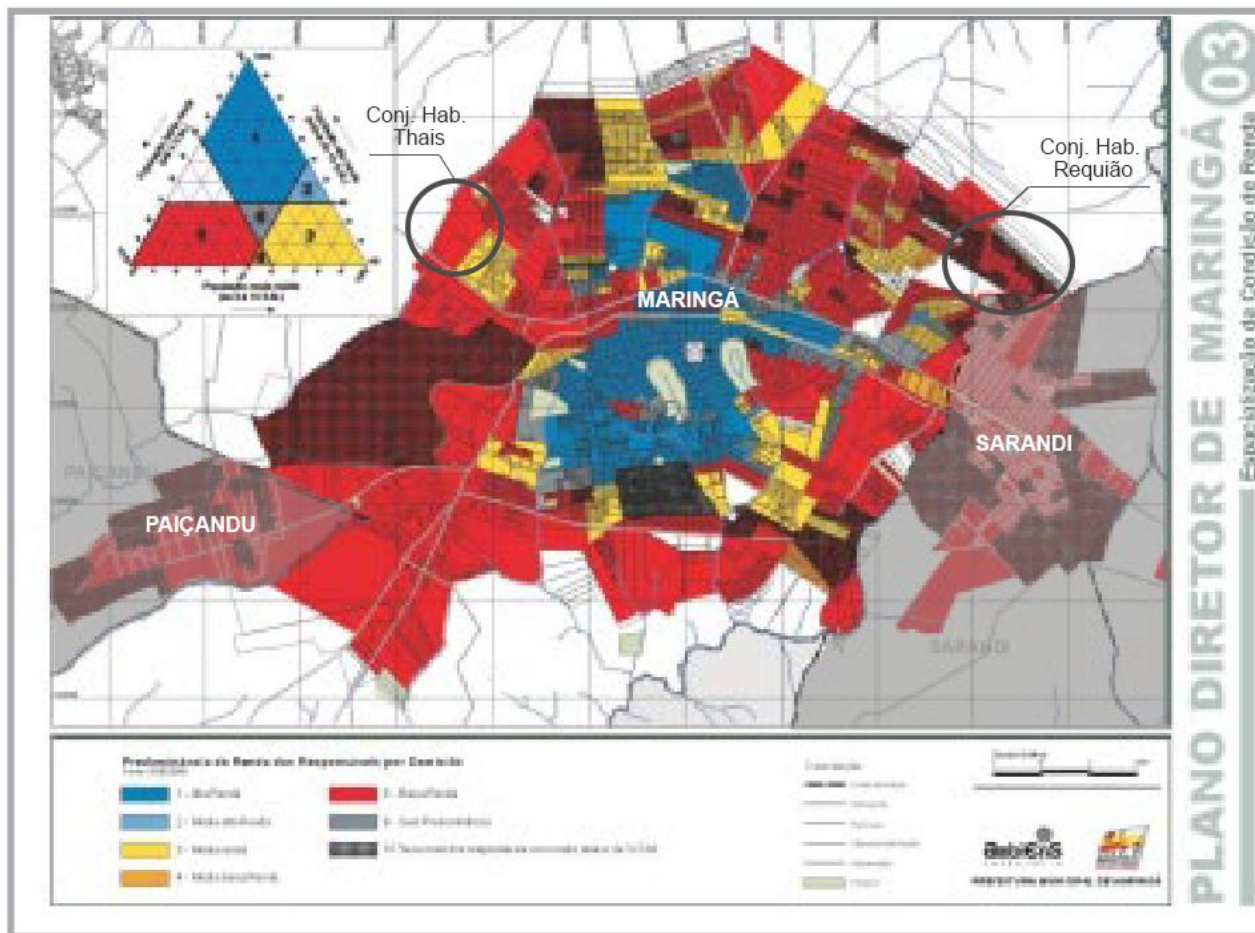


Fonte: *Tradição*, 1982. Retirado de Cordovil, 2010, p. 526. Modificado pelos autores.

Nas décadas de 1990 e 2000, para Rodrigues (2004), reproduz-se em Maringá a lógica centro-periferia e polarização riqueza-pobreza na ocupação do solo urbano. Embora as cidades pertencentes à Região Metropolitana de Maringá (RMM) não façam parte do escopo deste trabalho, nota-se, em Rodrigues (2004), que a periferia maringaense transpôs-se para além dos limites municipais. Assim, as camadas de população de alta renda concentraram-se na região central de Maringá, enquanto as de menor renda ocuparam as periferias da cidade, mas também as cidades vizinhas, como Paçandu e Sarandi. Empiricamente, a autora avalia que, de todas as áreas urbanas que apresentaram aumento de moradores de menores rendas, houve a duplicação desse número com população com renda de até 2 salários mínimos em dois conjuntos habitacionais, a saber: Requião e Thaís (Rodrigues, 2004). Ambos os conjuntos habitacionais localizam-se nas bordas do espaço urbano de Maringá, conforme ilustrado no mapeamento da predominância de renda dos responsáveis por domicílio (Figura 5). Nesse mapeamento, Rodrigues (2005) observa uma ocupação hierarquizada de Maringá, na qual a população de alta renda ocupa o centro e, de forma descendente, as de médias e baixas rendas ocupam “[...] a periferia intra e intermunicipal” (Rodrigues, 2005, p. 75).

Figura 5. Mapeamento da predominância de renda dos responsáveis por domicílio em Maringá, Sarandi e Paçandu - Paraná - 2000

PENSAR FORA DO EIXO

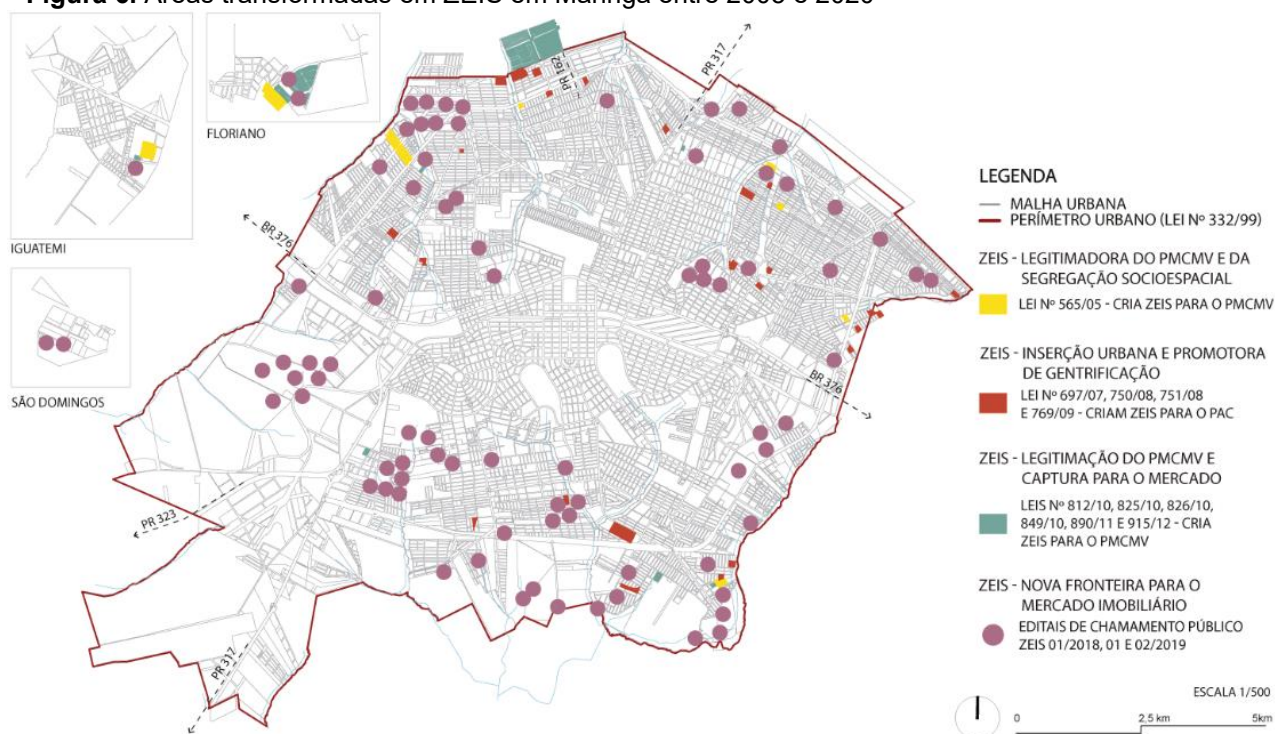


Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá - SEDU, 2004. Retirado de Rodrigues, 2005, p.75. Modificado pelos autores.

Após a década de 2000, novas formas de planejar a segregação socioespacial se consolidam no planejamento territorial. Neste trabalho, focalizou-se no planejamento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), implementadas em âmbito nacional com a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, para a garantia do acesso da população de menor renda à moradia adequada em áreas urbanizadas. De acordo com Freitas (2021), em Maringá, a aplicação das ZEIS ocorreu de forma pactuada aos interesses de mercado. A partir da Figura 6, a autora chama atenção para todas as áreas transformadas em ZEIS na cidade, entre 2005 e 2020, lançando luz para a legitimidade que as dinâmicas de segregação socioespacial e gentrificação adquirem na transformação do zoneamento urbano. Nessa perspectiva, o instrumento urbanístico das ZEIS foi estrategicamente utilizado pelo Estado-mercado imobiliário, posicionando as áreas voltadas às HIS majoritariamente próximas ao perímetro urbano do município e nos distritos. Ademais, as ZEIS eram sinalizadas por não serem destinadas ao público de menor renda, ou seja, essencialmente as famílias detentoras de até 2 salários mínimos (Freitas, 2021).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 6. Áreas transformadas em ZEIS em Maringá entre 2005 e 2020



Fonte: Freitas, 2021, p. 169. Adaptado de Marcon, 2019; Prefeitura Municipal de Maringá, 2021.

Nesse sentido, o espaço urbano constituído na cidade de Maringá, desde o plano inicial, constrói-se em uma continuidade de práticas de segregação socioespacial, substancialmente no planejamento habitacional. O acesso à terra confronta-se com a estrutura capitalista preponderante na organização e produção do espaço urbano, no qual as classes de maior renda foram privilegiadas em relação ao acesso à terra em área urbanizada e dotada de infraestruturas. As camadas de menores rendas, ao contrário, estiveram na agenda do Estado de forma significativa, mas subalternizadas aos interesses do mercado imobiliário. Invisibilizadas, as áreas destinadas a elas distanciam-se da região central de Maringá, evidenciando a política de zoneamento utilizada pelos agentes do Estado e mercado imobiliário para o deslocamento forçado das classes indesejadas para as áreas menos favorecidas da cidade.

2. MÚLTIPLOS EIXOS DE EXCLUSÃO

A segregação socioespacial se compreende como processo histórico, processo esse que não se limita ao passado, mas se desenvolve de forma contínua e ininterrupta, e se apresenta não apenas como uma segregação geográfica, mas como um afastamento de relações de consumo, lazer e sociais. Conforme argumenta Milton Santos (2007), o acesso aos bens, serviços e oportunidades

PENSAR FORA DO EIXO

urbanas está diretamente relacionado à posição socioeconômica dos indivíduos, o que resulta em diferentes formas de apropriação e visão do espaço urbano.

Nesse contexto, compreender as expressões atuais da segregação exige uma análise que vá além da dimensão econômica, incorporando também variáveis como raça e gênero. Como aponta Crenshaw (2002), as desigualdades sociais não operam de forma isolada, mas de modo interdependente, sendo necessário considerar a articulação entre múltiplos eixos de opressão. Assim, a análise da cidade de Maringá permite identificar como essas dimensões se materializam espacialmente, evidenciando padrões diferenciados de ocupação e acesso ao território urbano para diferentes tipos de raça, gênero e classe.

1.1. Raça/cor

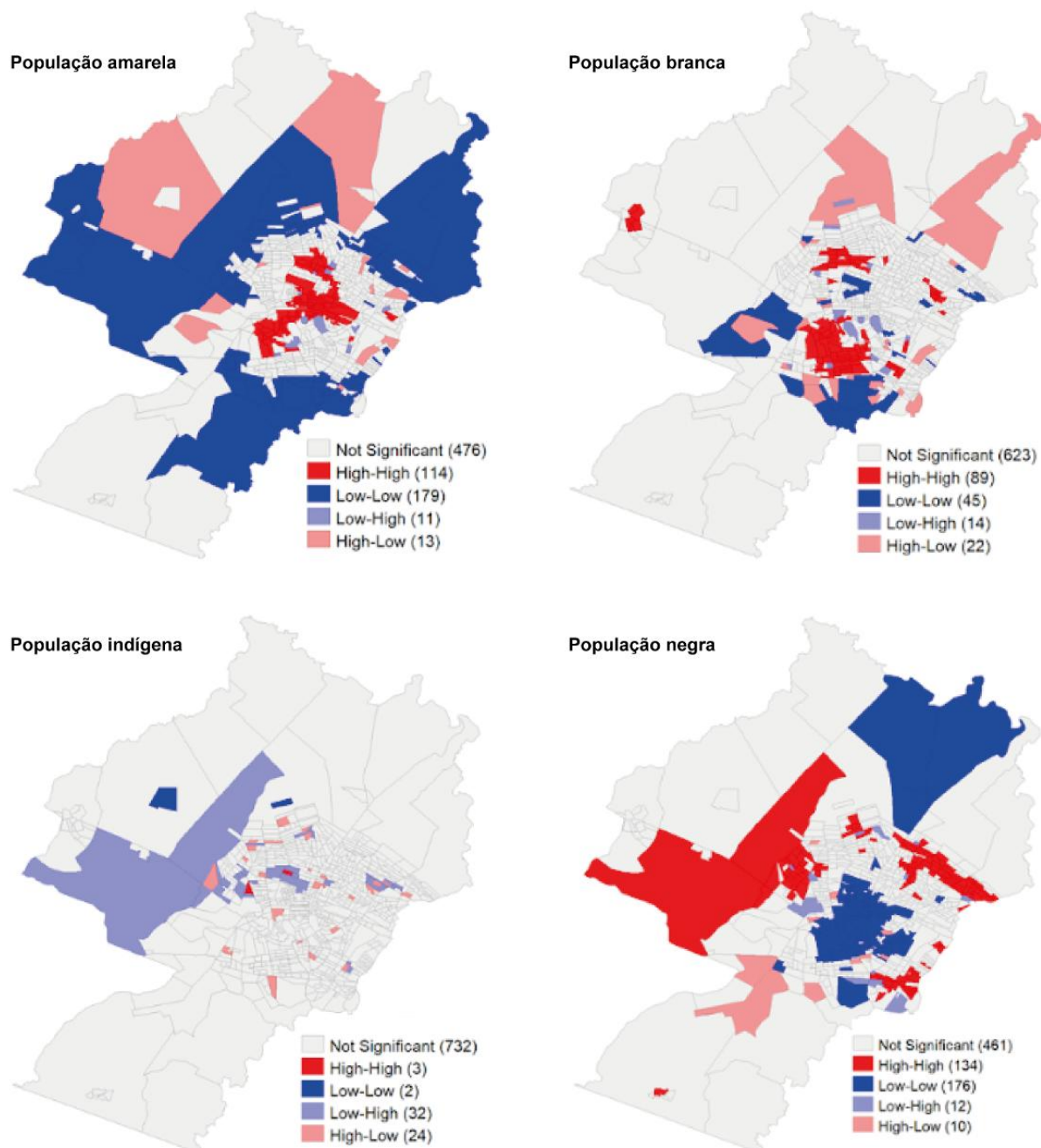
Como mencionou-se, o acesso ao consumo e ao lazer depende do lugar socioeconômico e geográfico da população, sendo distribuído no espaço urbano de forma desigual e disponível a extratos sociais selecionados da população (Santos, 2007, 2011). Logo, as populações afetadas pelo menor acesso ao consumo, lazer, educação, entre outros serviços urbanos de qualidade, tornam-se suscetíveis a perder sua cidadania (Santos, 2011). Para a população negra de Maringá, intensifica-se essa dinâmica desigual, pois identifica-se uma divisão racial conforme a localização das populações nos mapas de significância (LISA) (Figura 7). A população branca localiza-se majoritariamente no centro do município, similarmente à população amarela. Segundo alguns autores, a significativa presença da população amarela em Maringá está diretamente ligada ao ciclo do café e ao projeto de colonização da CTNP/CMNP. Após conviverem com condições insalubres em outras regiões, muitos se estabeleceram no norte do Paraná, atraídos pelos preços das terras e suas condições de produtividade (Dezem, 2008; Rigon, 2012). Assim, avalia-se que a comunidade nipo-brasileira em Maringá apresenta uma trajetória de integração e ascensão socioeconômica que evitou a segregação espacial clássica, diferentemente da população de menores rendas e negra, que se concentra expressivamente nas periferias da cidade.

Quanto às populações mais excluídas do município, pode-se observar o apagamento da população indígena, bem como a expulsão da população negra dos centros. Essa última está, em sua maioria, presente em bairros periféricos, apresentando *clusters High-High*, em especial na região mais ao norte e sul do município, como por exemplo os bairros Requião e Cidade Alta, respectivamente. Em contraposição à população branca, a negra não se concentra majoritariamente na região central. Dessa forma, evidenciam-se expressões de segregação racial urbana, na qual a maioria dos negros

PENSAR FORA DO EIXO

vive em uma espécie de sombra, residindo às margens dos serviços urbanos ofertados na região central de Maringá, ainda que também participem da produção desses espaços de consumo.

Figura 7. Distribuição da população por cor ou raça por setor censitário



Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de IBGE, 2022.

Os povos originários não convivem com uma herança de sombreamento, mas de exclusão. Desde a implantação de Maringá, os povos indígenas foram excluídos do planejamento, de modo a

viabilizar a expansão da cidade, o que resultou no quase apagamento de sua presença na região. Segundo o Censo (2022), a população indígena representa cerca de 0,07% dos habitantes de Maringá, o que equivale a 294 pessoas indígenas, apresentando, assim, uma invisibilidade histórica e cultural da região.

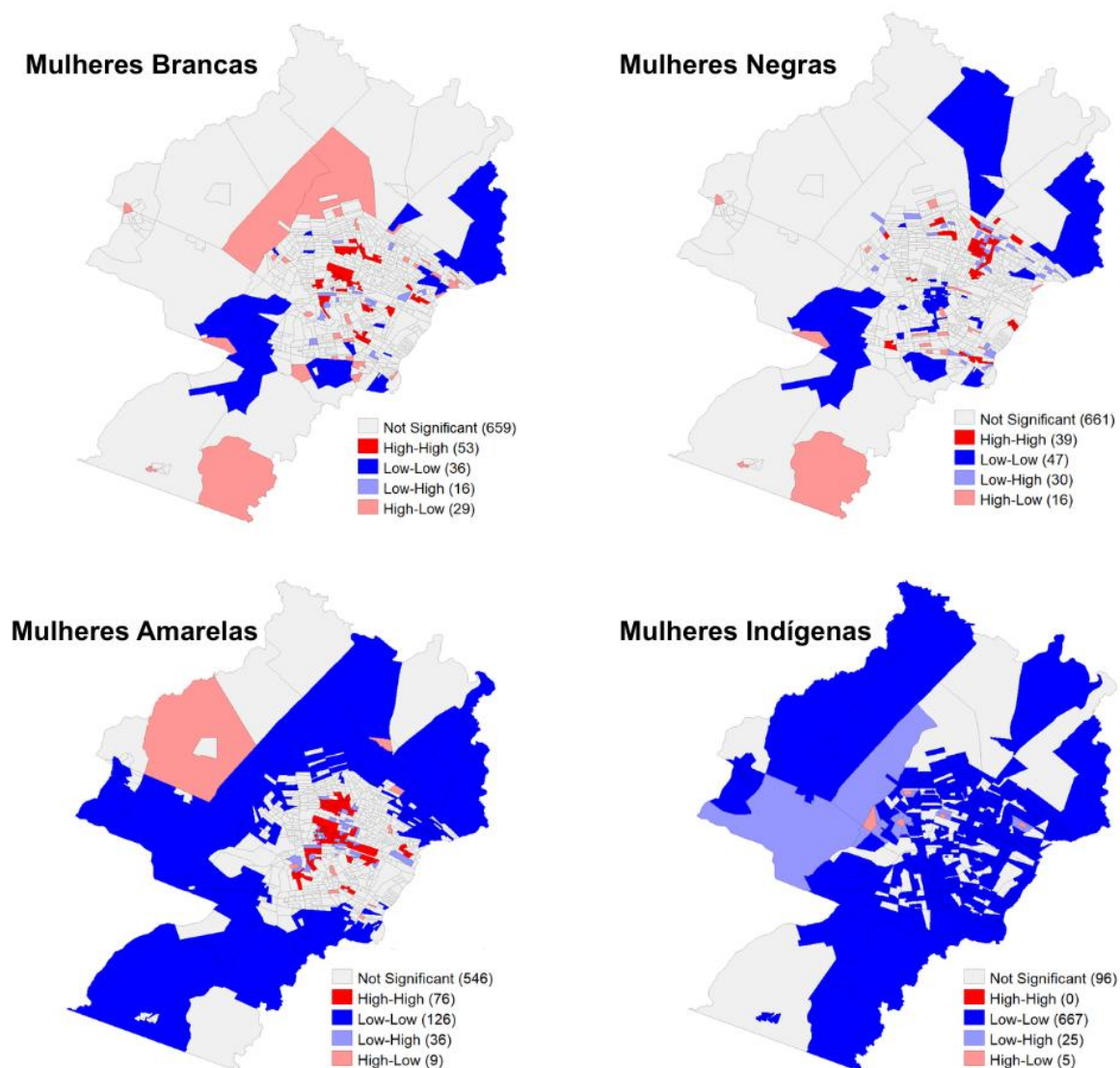
1.2. Gênero

A união entre as variáveis gênero e raça permite uma compreensão mais precisa dos padrões de segregação. Conforme verificado nas Figuras 8 e 9, há uma distribuição desigual do espaço urbano maringaense, resultado da articulação entre múltiplos eixos de opressão. Na análise de homens e mulheres brancos, a concentração do grupo ainda está presente na região central, mesmo que seja apresentada uma certa dispersão em outros setores do município. De modo geral, esse grupo, em sua maioria, ocupa os bairros próximos ao centro de Maringá, como a Zona 2 e a extensão da Avenida Cerro Azul, que no plano inicial representavam parte da “zona residencial principal”. Já a análise focada na população amarela mostra um padrão mais concentrado, em que a população localiza-se majoritariamente na região central do município. Esse padrão corresponde à relação histórica de integração do meio urbano, marcada por menores níveis de exclusão quando comparados com outros grupos racializados.

Na formação social latino-americana, houve a minimização e apagamento histórico-simbólico da presença negra no espaço urbano (Gonzalez, 1988). Essa afirmação condiz com a concentração geográfica da população negra em Maringá, tanto pela concentração de homens negros quanto pela reduzida presença de mulheres negras na região central. Os dados levantados apontam para a forte concentração desse público na região mais ao norte/noroeste da cidade. Entretanto, observa-se que os homens negros, mesmo distantes da região central, apresentam distribuição espacial mais dispersa, com menor concentração em uma única região, demonstrando, assim, que a segregação socioespacial não se evidencia de forma homogênea, sendo mais intensa e territorialmente concentrada no caso das mulheres.

PENSAR FORA DO EIXO

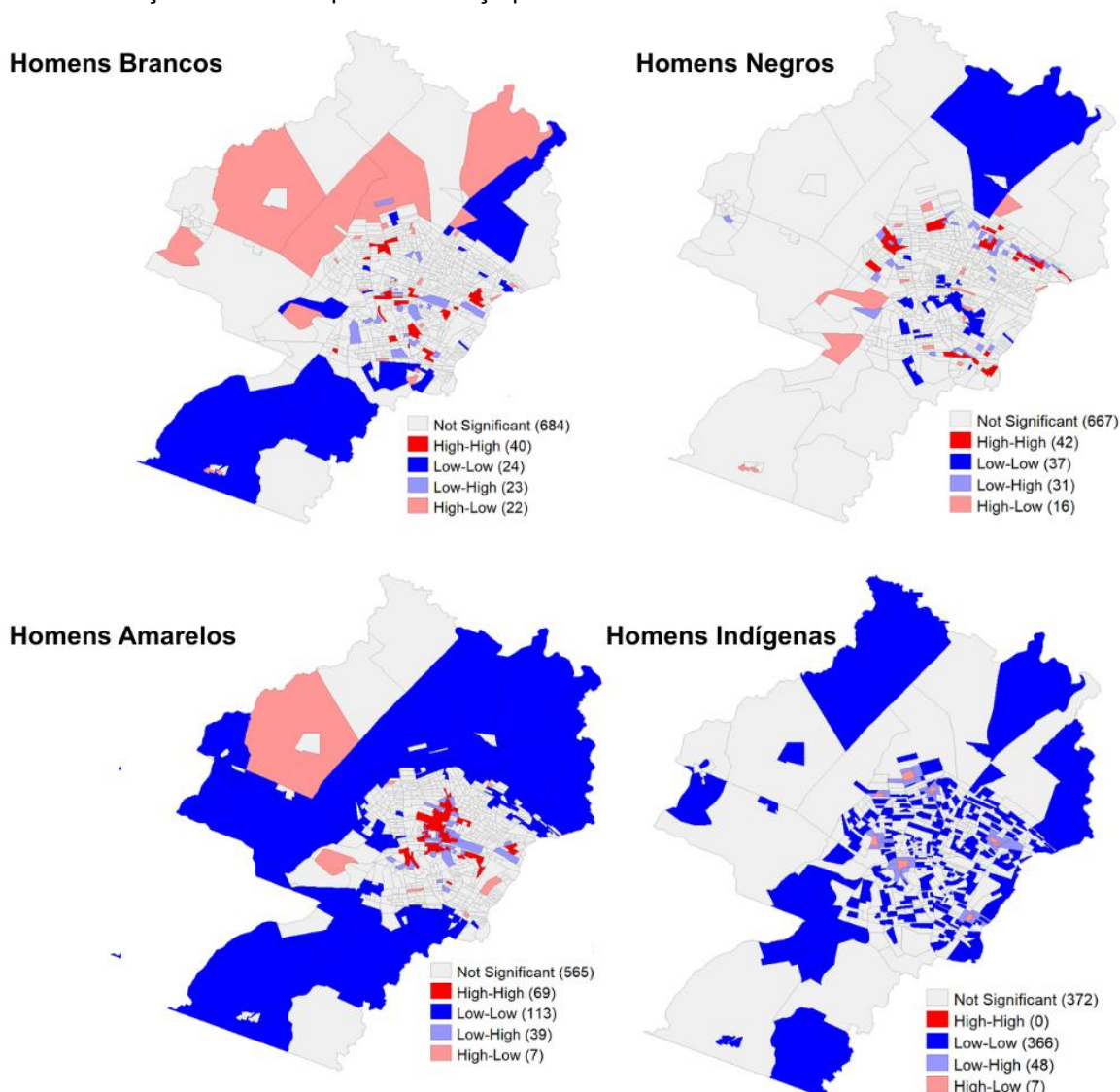
Figura 8. Distribuição de mulheres por cor ou raça por setor censitário



Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de IBGE, 2022.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 9. Distribuição de homens por cor ou raça por setor censitário



Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de IBGE, 2022.

A análise focada na população indígena mostra uma baixa expressividade estatística para homens e mulheres, o que deixa ainda mais aparente a relação de exclusão e apagamento da população originária do município de Maringá. Tal padrão não pode ser interpretado apenas como uma relação demográfica, mas como resultado de dinâmicas históricas que marginalizam a presença indígena no espaço urbano, limitando a visibilidade e participação na estrutura socioespacial no espaço urbano. Por essa razão, em Maringá aplica-se o conceito de amefricanidade apresentado por Gonzalez (1988), que compreende os processos históricos de invisibilização e exclusão das populações negras e indígenas na historiografia da América Latina, apesar de manifestarem formas distintas de ocupação no continente (Gonzalez, 1988). Dessa forma, a análise comparativa entre

os diferentes grupos raciais e de gênero evidencia que a segregação socioespacial em Maringá não ocorreu de forma homogênea, por estar diretamente relacionada às trajetórias históricas e às formas específicas de inserção de cada grupo no espaço urbano. Assim, os padrões identificados reforçam que a produção do espaço urbano é atravessada por múltiplos eixos de desigualdade.

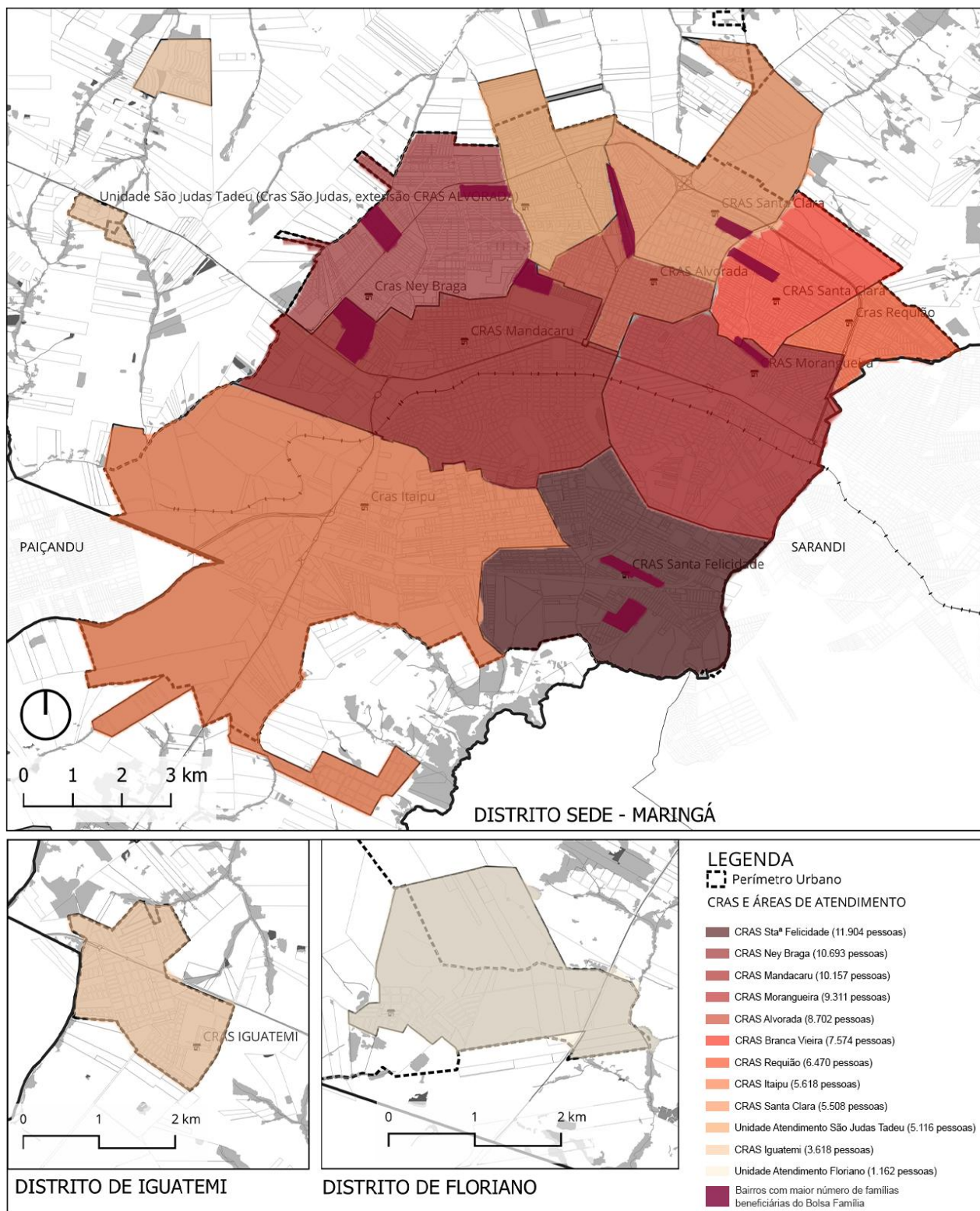
1.3. Beneficiários do Bolsa Família e número de cadastros em cada unidade do CRAS

Para a leitura da segregação socioespacial, visando destacar as divisões de classe, utilizou-se a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e o número de pessoas em cada unidade do CRAS. O PBF, instituído pela Lei nº 10.836/2004, surge com o objetivo de atender famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. A Figura 10 apresenta a distribuição das famílias beneficiadas pelo PBF e o número de pessoas cadastradas nos CRAS, por bairro e área de abrangência de cada CRAS em Maringá, respectivamente. Assim, percebe-se a concentração de beneficiários do PBF em determinadas regiões, como no CRAS Mandacaru e Ney Braga, cujos territórios apresentam bairros com alta correlação com seus entornos.

A maioria desses bairros está presente em regiões distantes da região central, como o Jardim Olímpico e o Parque Tarumã, predominantemente residenciais. Dessa forma, as famílias pertencentes às classes de menores rendas, representadas no beneficiamento do PBF, estão nas áreas mais periféricas da cidade. Nesses bairros, alguns problemas relacionados à limpeza urbana e ao saneamento foram destacados por Teodoro (2011), especialmente relacionados à roçada de mato e ao abastecimento de água (Teodoro, 2011). Além disso, destacam-se os maiores números de pessoas cadastradas nas unidades dos CRAS Santa Felicidade, Mandacaru e Ney Braga. Duas dessas unidades convergem ao local de implantação dos conjuntos habitacionais nas décadas de 1970 e 1980, tanto o Santa Felicidade quanto o Ney Braga, que também atende ao Conjunto Habitacional Thaís. Este, destacado anteriormente por apresentar uma das maiores proporções de aumento de pessoas em situação de pobreza em Maringá. Nesse sentido, a segregação socioespacial consolidou-se diretamente relacionada às decisões tomadas no âmbito do planejamento.

Figura 10. Distribuição da população por cor ou raça por setor censitário

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Maringá, 2024a. Adaptado de Maringá, 2021; IBGE, 2022. Modificado pelos autores

PENSAR FORA DO EIXO

Portanto, realizou-se a análise de classe a partir do número de pessoas cadastradas em cada unidade do CRAS e das famílias beneficiárias do PBF como *proxy*. Por meio dessa relação de classe, pode-se identificar relações já observadas em outras variáveis, especialmente no que se refere à relação entre pobreza e raça. A grande concentração de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, por exemplo, se apresenta nas mesmas áreas em que há predominância de pessoas negras, em especial mulheres, o que evidencia um isolamento de grupos vulneráveis de regiões centrais do urbano.

3. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL PLANEJADA ENTRE AS DÉCADAS 2010 E 2020

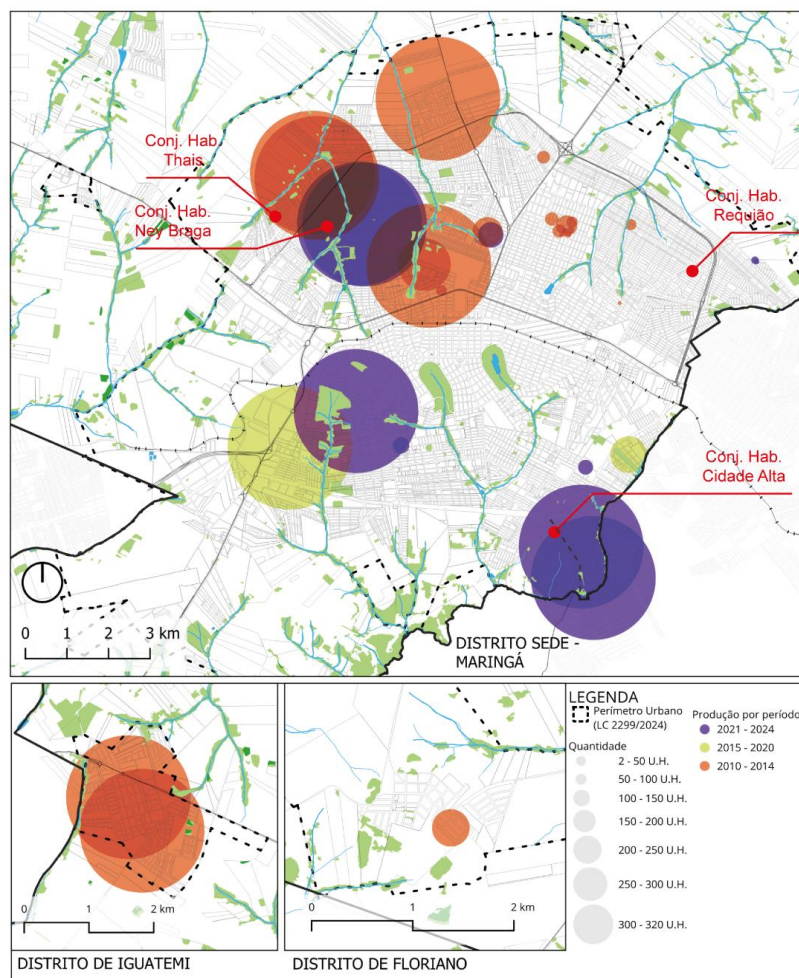
No histórico da produção habitacional de Maringá, os interesses das classes de alta renda e os do poder público municipal têm estado entrelaçados. As últimas décadas são reflexo da pactuação entre esses agentes no desvirtuamento dos instrumentos urbanísticos, especialmente vinculados ao processo de distribuição dos moradores no território. A partir disso, avaliou-se a produção das unidades habitacionais de interesse social, nos anos 2010 e 2020, com vistas a correlacionar a distribuição populacional e a localização dessas unidades. Dessa forma, o mapeamento das variáveis utilizadas neste trabalho confere maior precisão à análise da segregação socioespacial na cidade, cuja consolidação ocorreu historicamente na produção do espaço urbano.

Na revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Maringá, em 2024, embora seja substancial a concentração de unidades habitacionais na porção central entre 2010 e 2024, destacou-se também o surgimento de empreendimentos no extremo sul da cidade (Figura 11). Ademais, destaca-se o significativo número de unidades no distrito de Iguatemi (Maringá, 2024b).

No período entre 2021 e 2024, houve 10 empreendimentos, com uma distribuição espacial mais diversa e um aumento no número de unidades construídas, totalizando 1.381 unidades. Neste período, destacam-se empreendimento como o Condomínio do Idoso, localizado próximo à UEM, e grandes projetos tanto dentro quanto fora dos limites do contorno rodoviário urbano, com três empreendimentos dentro e dois fora, próximos à Avenida Carmem Miranda, no extremo sul da cidade (Maringá, 2024b, p. 83).

Figura 11. Produção Habitacional em Maringá classificada por período entre 2010 e 2024

PENSAR FORA DO EIXO



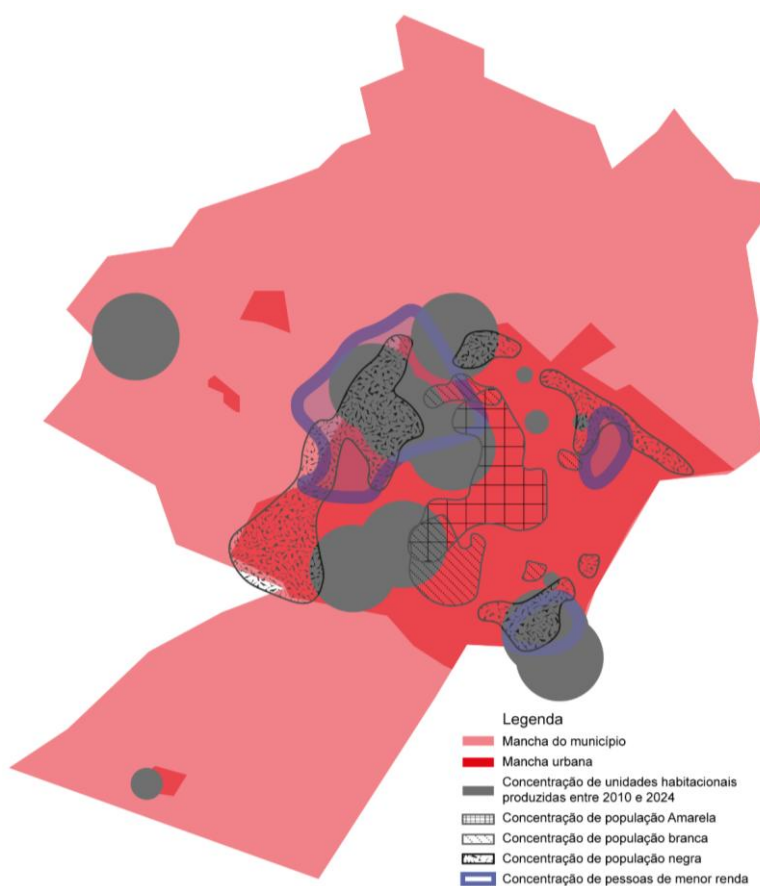
Fonte: Maringá, 2024b, p. 82. Adaptado de MIDR, 2022; SEURBH, 2024. Modificado pelos autores.

Destaca-se, entre as habitações mencionadas (Maringá, 2024b), aquelas que foram construídas próximas à Avenida Carmem Miranda, no extremo sul da cidade, por corresponder à avenida de acesso e adjacente ao Conjunto Habitacional Cidade Alta. Nesse sentido, admite-se que, ao longo das produções habitacionais, entre 2010 e 2024, houve continuidade da tendência histórica de alocação de moradores de menor renda para essa região no extremo sul da cidade, divisa com o município de Sarandi. Além disso, observa-se a tendência de alocação desses moradores nas proximidades do Conjunto Habitacional Ney Braga, na região nordeste da cidade, convergindo com a localização de um dos bairros com maior acréscimo de menores rendas, o Conjunto Habitacional Thaís. Não obstante, observa-se a ausência de novas unidades habitacionais próximas ao Conjunto Habitacional Requião, apesar do número de moradores duplicar no conjunto, sinalizando uma interferência na tendência de periferização das HIS na região nordeste da cidade.

PENSAR FORA DO EIXO

Delineou-se (Figura 12) a correlação entre a produção habitacional e as maiores expressões de segregação socioespacial, levando em consideração as variáveis de classe, gênero e raça, que sobressaíram ao longo do processo de estudo. Dessa maneira, as correlações de maior expressividade retratam o agrupamento de pessoas de menor renda, de parte da população negra e de produções de habitação nas regiões nordeste e sudeste do espaço urbano de Maringá. Significativamente, a população negra de ambos os gêneros levantados, por vezes de menor renda, localiza-se nas bordas urbanas; enquanto a população branca e amarela, tanto de homens quanto de mulheres, concentra-se na região central. Por conseguinte, interpretam-se indícios de que a tendência de segregação socioespacial centro-periferia, estruturalmente constituída por riqueza-pobreza e branco-não branco, permanece no planejamento urbano de Maringá.

Figura 12. Esquema síntese da distribuição populacional e da produção de habitações em Maringá entre os anos 2010 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Maringá, 2021; IBGE, 2022; Maringá, 2024a; Maringá, 2024b; SAS (12/2025).

PENSAR FORA DO EIXO

Incorpora-se à compreensão da lógica de alocação dos conjuntos habitacionais para pessoas de menor renda nas periferias, a representatividade da população negra também segmentada a essas áreas da cidade. Nos limites deste trabalho, não foi possível evidenciar registros textuais e iconográficos que revelem, de forma explícita, o interesse dos agentes da produção do espaço urbano, seja o Estado, seja o mercado imobiliário, em segregar a população negra e indígena da região central de Maringá. Contudo, interpreta-se que, simultaneamente aos desdobramentos do planejamento habitacional, houve a expressiva manutenção dessas populações segregadas às margens dos serviços ofertados no centro urbano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas evidenciam que a segregação socioespacial em Maringá constitui-se em um processo histórico que se manifesta de forma contínua na configuração atual do espaço urbano. Observa-se que, embora a cidade se modifique, ela persiste em dinâmicas que mantêm determinados grupos sociais, em sua maioria, minorias sociais, em condições de invisibilização e marginalização no território urbano.

Quando verificados os diferentes recortes, raça, gênero e renda, a segregação socioespacial em Maringá se manifesta de forma concreta no presente, não sendo apenas um resquício histórico, mas um processo continuamente reproduzido. Observa-se que a população branca permanece majoritariamente concentrada nas áreas centrais e mais valorizadas, enquanto populações negras, especialmente mulheres, apresentam maior concentração em regiões periféricas, com menor acesso a serviços urbanos.

De forma complementar, a distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Família reforça essa dinâmica, ao evidenciar a concentração da população em situação de vulnerabilidade em territórios periféricos marcados por precariedades urbanas. Esses padrões demonstram que a desigualdade não se distribui de maneira aleatória, mas se organiza espacialmente, formando áreas de concentração de pobreza e exclusão.

Nesse sentido, a cidade revela-se como um espaço atravessado por múltiplos eixos de desigualdade, nos quais raça, gênero e renda atuam de forma articulada na produção e reprodução da segregação socioespacial. Assim, compreender essas dinâmicas é fundamental para evidenciar que o acesso à cidade permanece profundamente desigual, refletindo estruturas históricas que continuam a moldar o espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2026.
- ARAUJO, M. C. de. **O município de Maringá: A Constituição de um espaço urbano planejado e segregado**. In: RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. (Org.). Retratos da região metropolitana de Maringá. Maringá/PR: EDUEM, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004].
- BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, nº 9.029, de 13 de abril de 1995, nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 21 jul. 2010.
- CANETTIERI, T.; PEREIRA, T.; LIBERATO, R. de C. **Uma contribuição para o entendimento da segregação urbana: exploração, dominação e valorização**. Revista Espinhaço, 2015.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CORDOVIL, F. C. de S. **A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR 1947 a 1982**. 2010. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Carlos/SP, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-25042011-103049/pt-br.php>. Acesso em: 9 maio 2025.
- CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Tradução de Liane Schneider. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Texto original: Background Paper for the Expert Meeting on Gender-Related Aspects of Race Discrimination.
- DEZEM, R. **“Paraíso tropical”, uma falsa promessa**. História Viva, São Paulo, Duetto Editorial, Japão 3, 2008.
- FREITAS, C. F. **ZEIS e a Produção Capitalista do Espaço Urbano: um estudo sobre a captura do instrumento urbanístico em Maringá-PR**. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Maringá - UEM/PR, Maringá/PR, 2021.
- GONZALEZ, L.. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, jan./jun. 1988.
- GREGORY, D. **Ideologia, ciência e geografia humana**. [s.l.]: Palgrave Macmillan, 1978.
- HARVEY, D. **Teoria revolucionária e contrarrevolucionária na geografia e a questão da formação do gueto**. In: HARVEY, David. A justiça social e a cidade. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 101-125.



PENSAR FORA DO EIXO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 02 de Abril de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 25 de Março de 2026.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MARINGÁ, Prefeitura do Município de Maringá. **Diagnóstico da dinâmica municipal e marcos legais**. Maringá/PR: Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá, 2024a. (Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Maringá). v. 02A

MARINGÁ, Prefeitura do Município de Maringá. **Diagnóstico do setor habitacional e estrutura administrativa**. Maringá/PR: Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá, 2024. (Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Maringá). v. 02B

MARINGÁ, Prefeitura do Município de Maringá. **Plano Municipal de Assistência Social**. Maringá/PR: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2021.

MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. **Exploração e Guerra de Conquista dos Territórios Indígenas nos Vales dos Rios Tibagi, Ivaí e Piquiri**. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá/PR: EDUEM, 1999.

RIGON, O. **As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem da bacia hidrográfica do rio Pirapó-PR (1970-2010)**. Maringá, 2012. 188p. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Depto. De Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

RODRIGUES, A. L.; CORDOVIL, F. C. de S. **Segregação socioespacial e a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá – PR (Brasil)**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica, Bogotá/Colômbia, 2012.

RODRIGUES, A. L. **A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba/PR, n. 108, 2005.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá**. 2004. Doutorado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo/SP, 2004.

ROLNIK, R. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios**. IPEA, Políticas Sociais-acompanhamento e análise, v. 12, p. 199-210, 2006, pp. 199-200.

SANTOS, M. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Organização de Elisiane da Silva, Gervásio Rodrigo Neves e Liana Bach Martins. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

PENSAR FORA DO EIXO

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SOUSA, A. da S.; BAZZOLI, J. A. **Segregação socioespacial: direito à cidade e mulheres negras**. Revista Brasileira de Direito Urbanístico (RBDU), v. 10, edição especial, jun. 2020. Palmas-TO: IBDU, 2020. DOI: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.silvasousa>

TEODORO, R. da S. **Impactos urbanos no município de Maringá-PR**. Revista de Ciências Geográficas, Maringá, v. 15, n. 1, p. 01–15, 2011.

TOMAZI, N. D. **Construções e Silêncios sobre a (re) Ocupação da Região Norte do Estado do Paraná**. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá/PR: EDUEM, 1999.